

Itapicuru — Os 41 presos detidos no primeiro dia da rebelião se recusaram a sair da prisão quando era iniciada a distribuição de alimentos. A maioria dos presos não queria sair da prisão, pois estavam com medo de serem mortos. Os presos foram levados para o pátio da prisão e foram distribuídos os alimentos. Os presos foram levados para o pátio da prisão e foram distribuídos os alimentos. Os presos foram levados para o pátio da prisão e foram distribuídos os alimentos.



MINISTRA QUER CONHECER O ENSINO RURAL EM RONDÔNIA



Paulo Freire, ministra da Educação, disse ao presidente Jorge Figueiredo, ao governador da Rondônia, José Carlos Tinoco, ao governador da Rondônia, José Carlos Tinoco, ao governador da Rondônia, José Carlos Tinoco.

DELEGADO PEDE AJUDA AO POVO PARA ACABAR A ONDA DE ROUBOS

O delegado José Lombarque, do 1.º DP, fez ontem um apelo à população para que tome medidas de segurança visando evitar que a ação dos ladrões seja facilitada. Isto que, segundo ele, acontece frequentemente quando depósitos de materiais de construção, almoxarifados, transportes de valores e residências não contam com as medidas necessárias para combater o trabalho dos assaltantes que nos últimos dias levaram mais de 60 milhões de cruzeiros em vários golpes na capital, sendo que os dois maiores, o do funcionamento do Bamerindus (20 milhões) e o do

Metalmi (24 milhões) certamente foram realizados pela mesma quadrilha formada de ladrões de outros Estados orientados por pessoas aqui residentes.

Lombarque anunciou a possibilidade de uma reunião com comerciantes e gerentes de bancos para que esquemas de segurança sejam colocados em funcionamento. "Porque não se pode mais pensar em Porto Velho como uma cidade pequena e, além disso, com o garimpo há a natural chegada de mais assaltantes".

1.ª página do 2.º caderno.

EQUIPE ESPECIAL VAI IDENTIFICAR CARTEIRAS FRIAS

O Detran treinou 60 policiais civis que agora estão capacitados para identificar quando uma carteira de habilitação for falsa ou não, bastando para tal que verifiquem o tipo de papel em que o documento apresentado pelo portador estiver sendo impresso.

O diretor do Detran, Itapuan

Oliveira, afirmou, também, que as três mil carteiras "frias" que estão em mãos de motoristas porto-velhenses já tem a identificação da "fábrica" praticamente confirmada, faltando apenas detalhes de sua investigação, mas que não ficará no Estado.

Na 1.ª do 2.º caderno.



Para evitar mais o trabalho de controle "frio", o Detran lançou 60 policiais civis para identificar documentos falsos. (Foto: João Alberto)

POLICIAIS APOSENTADOS BENEFICIADOS COM PCC

Funcionários da Polícia Civil aposentados até 22 de novembro de 1979, foram enquadrados no grupo do Plano de Classificação de Cargos, informou o secretário de Administração Teobaldo Viana, lembrando que o governador Jorge Teixeira tenta enquadrar no PCC todos os servidores admitidos até o dia 22 de dezembro do ano passado, quando foi criado o Estado.

PÁGINA 3

PÃO AUMENTA QUANDO O COMERCIANTE QUER



O pão tem de cada dia, desde agosto, e mais com.

A delegacia regional de Itapicuru registrou ontem um aumento de 30% sobre o valor anteriormente cobrado pelo pão em Porto Velho. Segundo a fiscalização municipal, o pão e outros produtos aumentaram sempre que os comerciantes quiseram porque não têm o controle de preço.

A fiscalização registrou também que alguns comerciantes estão vendendo "estado".

CANDIDATOS PEDEM EXONERAÇÃO PARA SECRETÁRIO: PMDB

Acusado de "medidas de emergência" à frente da secretariado do PMDB, o candidato Márcio Almeida pediu a exoneração do cargo de secretário do partido para a prefeitura regional, João Carlos Santos, alegando que não há condições para o cargo de secretário regional.

Um deles, Samuel Sales, disse que Márcio é responsável pelo atraso na distribuição do material de propaganda do PMDB para a eleição e que pediu a exoneração do cargo de secretário regional.

O fato de ter sido o Rio de Janeiro o primeiro a receber o material de propaganda do PMDB para a eleição.

Na página 1.

“Os domos pedem um acompanhamento ao ponto de convergência, porque não é um sistema simples de encontrar uma vez que há duas variáveis sendo geradas por nós: duas variáveis de entrada. Assim sendo, não podemos melhorar nada a respeito do sistema, porque se temos convergência, não há a saída”.

MÉDICOS

DERMATOLOGIA E

VENEREOLÓGIA

DR. RICARDO C. GARCIA AMARAL

Aperfeiçoamento em Dermatologia, no Hospital Universitário da UFRJ. Serviço do Prof.º Rubens Davi Azeiteiro, vencedor do prêmio Nelson de Souza Campos, ministrando pela UFRJ Doenças de pele, cabelos e unhas Doenças Sexualmente Transmissíveis Alergia de Pele.

Durante a tarde aos sábados e domingos.

Instituto de Medicina Especializada
Av. Gonçalves Dias, 304
Tel.: 221-3283

CLÍNICA

NEUROPSIQUIÁTRICA

DE RONDÔNIA

Dr. Raimundo Alvaro Aquino.
Psiquiatra membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psiquiatria.
Dra. Regina Lúcia Eleres de Aquino.
Neurologista.

Psiquiatria Clínica, Psicoterapia, transtornos, alcoolismo, Doenças Psicossomáticas, Fobias e Impulsões, ansiedade, Epilepsias, Dor de cabeça e enxaquecas, Acidente Vascular Cerebral e outras doenças psiquiátricas e neurológicas.

ELETTROENCEFALOGRAFIA

Rua João de Castilho, 804 — Clínica Especializada "Dr. Ramalho Lemos Lima" —
Fones — 221-4780 e 221-6223

Dr. Victor Sadeck

URO — GINECO — GINECOLOGIA — VIAS

URINARIAS

CONSULTÓRIO: Rua Presidente de Moura, 280, Ed. "Peritinha" — Sala 90
Fones: 221-5721.
RESIDÊNCIA: Rua José Bonifácio, 314.
Fones: 221-4514.

Dra. LINDETE

SOUZA OLIVEIRA

CLÍNICA MÉDICA E OBSTETRICA
DOENÇAS TROPICAIS E INFECTO-CONTAGIOSAS — PRE-NATAL — PARTO EM GERAL. Consultório: Rua Duque de Caxias, 730 —
Horário: 16:00 às 19:00 Hs. — diariamente.

DR. J. I. MACARIO BARROS

Doenças da pele — unhas, cabelos, tratamento da pele seca e oleosa, acne, rosácea, psoríase, etc.

Prevenção e tratamento das Doenças sexualmente transmissíveis.

CONSULTÓRIO: Av. 7 de Setembro, Quilômetro Central, 3º Andar Sala 48.
Duração: de 10 às 18h.
Fones: 221-8244.
Resid. Rua Alberto Maia, 304

UROLOGIA

DR. VALTER NUNES COELHO

Tratamento cirúrgico de: Bexiga — Ureter — Bexiga — Órgãos Genitais — Hidrocele, Varicocele, etc. — no consultório de Esterilidade masculina. Tratamento clínico das doenças venéreas.

Consultas de 2a. e 3a. feira no horário de 12 às 20 horas.

Endereço: Consultório — Ed. Rio Madeira — sala nº 210 — 2º andar — Fones: 221-6388 — Residência: R. Hartert de Almeida 1241 — Fones: 221-5169

ADVOGADOS

ESCRITÓRIO

HEITOR MAGALHÃES LOPES

Advocacia Civil e Agrária
Cobranças
Imobiliária

Al. Rio Madeira, sala 318. Fones: 221-5873

SWAMI OTTO BARBOSA

TANIA OTTO OLIVEIRA

Causas: Cíveis, Comerciais, Trabalhistas, Assistência Social e jurídica a empresas, Cobranças, cobranças, execução de firmas.

Rua José do Patrocínio, nº 776, Apt. 101.
Fones: 221-5872 — 221-2562 —
221-1949 — 221-2595

EDIZIO ABATH — RENATO XAVIER

Advocacia Civil e Comercial. Direito Mineral e Eleitoral. Demandas de Terras. Acompanhamento de causas perante o Tg. Tribunal de Justiça de Rondônia e Tribunais Superiores — STJ — TFR, Superior Tribunal Eleitoral e do Trabalho.

Procuradoria junto aos órgãos federais sediados em Brasília-DF — DNPM — (concessões e alvarás) INCRA, etc.

ESCRITÓRIOS:
Porto Velho — Rondônia,
Ed. Rio Madeira, sala 420
Tel. 221-5830
Brasília - DF,
Ed. Goiás, sala 604
Tels. 221-4601 — 221-6472

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Especializado em causas Cíveis, Criminais e Trabalhistas, inclusive terras.

Av. 7 de Setembro, nº 1.085 — Galeria Central — Sala 74 — Porto Velho/Rondônia.

Arquelaus de Paula

Jorge de Paula

Causas Cíveis, Comerciais, Trabalhistas e Criminais. Direito Imobiliário.

Ed. Rio Madeira, 2º andar, conjunto 202/203. Tels. 221-4939 e 221-2149.

T.T. Dias & Cia.

CASAS SAUDADE, BAZAR, O MUNDO DAS MIUDEZAS, CASA DOS PRESENTES.

Vendem sempre por menos, tecidos, confecções, artigos para presentes, louças, artigos para cama e mesa e brinquedos em geral.

T. T. DIAS & CIA, produtores a rua José de Alencar em Porto Velho, com Fone no Guarã Mirim e Ji-Paraná.

PESCA

Material e Equipamentos para Pescador AMADOR e PROFISSIONAL

Motors de Popa, Canoa, Bote e Lanchas BRESSA — Comércio e Representações Ltda.
Tels: 221-4713 e 221-6712

Ancoras, Correntes, Cabo de Aço, Cordas Coletes e Sals-Vidas, Brinquedos Infantil e Nadoadeiras para Natação.

REFRIGERAÇÃO

Doméstica, Comercial e Industrial Equipamentos para Lanchonetes, Supermercado e Apoio.

BESSA — Comércio e Representações Ltda.
Rua 13 de Maio c/ José de Alencar
Fones: 221-4713 e 221-6712

Distribuidor da GAZ DU PONT — Fones: 221-1212

BEN MINERAÇÃO COMPANHIA DE MINERAÇÃO JACUNDA MINERAÇÃO BRASILENSE S.A. — MIRASSOL

AVISO

A Mineração Brasileira S/A — MJ, Bruma está interessada, para alugar, pelo prazo de dois (2) anos, de grupo gerador de 120/180 KVA.

Para maiores esclarecimentos, as interessados deverão dirigir-se ao Departamento de Engenharia, localizada à Av. Carlos Gomes, 985, nesta cidade.

Porto Velho (RO), 20 de setembro de 1983

Frederico Marques Pereira
Gerente de Compras

(21, 22 e 23)

GOVERNO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE FINANÇAS SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EDITAL DE COMPARTECIMENTO

O Diretor da Divisão de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda, edita o presente Edital de 1º JOÃO BATISTA NUNES (inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0000-00) e fim de ordem de contas de seu governo.

Porto Velho, 16 de setembro de 1983

Heitor Lucas Froes
Diretor da DAF/SEF

(21, 22, 23)

VENDE-SE

Uma casa, número 2000, localizada 400 m. de uma rua, no bairro de São João, 1940, com o Sr. José Maria Rolim, na Fazenda do Mar, Cont. São João.

JOÃO TAVARES

PDS — No. 1608

PARA VEREADOR

JOÃO TAVARES (fz), brasileiro, natural de São Paulo, filho de João TAVARES e Maria TAVARES, nascido em 10/05/1928, em São Paulo, SP, casado com Maria TAVARES, natural de São Paulo, SP, nascida em 10/05/1928, em São Paulo, SP, com filhos: João TAVARES, nascido em 10/05/1958, em São Paulo, SP, e Maria TAVARES, nascida em 10/05/1960, em São Paulo, SP. É casado com Maria TAVARES, natural de São Paulo, SP, nascida em 10/05/1928, em São Paulo, SP, com filhos: João TAVARES, nascido em 10/05/1958, em São Paulo, SP, e Maria TAVARES, nascida em 10/05/1960, em São Paulo, SP.



LEIA E
ASSINE

O AM
AGORA EM
NOVA FASE

PARA
DEP. ESTADUAL
No. 5124



ANTONIO LEITE,
O HOMEM
QUE ESTÁ AO LADO
DO POVO — PMDB

GOVERNO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE FINANÇAS SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA EDITAL DE COMPARTECIMENTO

O Diretor da Divisão de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda, edita o presente Edital de 1º MERCES FELICIANO ACILIO (inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0000-00) e fim de ordem de contas de seu governo.

Porto Velho, 16 de Setembro de 1983

HEITOR LUCAS FROES
Diretor da DAF/SEF

(21, 22 e 23)

SINAB

BAIXA

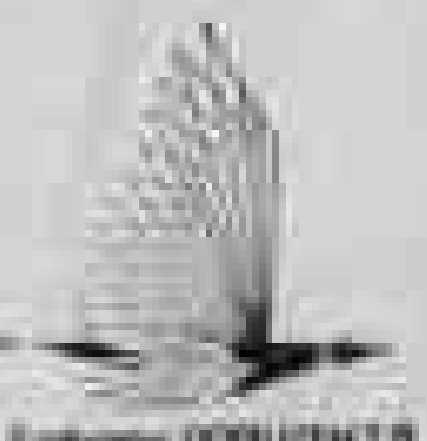
PORTARIA

CARNE

BRASIL — O Supermercado da Saúde, Glória Cruz, edita o presente Edital de 1º, com o fim de ordem de contas de seu governo.

Qualquer interessado poderá, no prazo de 10 dias, apresentar ao Supermercado da Saúde, Glória Cruz, para análise, o pedido de participação no projeto, com o fim de ordem de contas de seu governo.

PASSAGENS AÉREAS • MARÍTIMAS •
TERRESTRES • RESERVAS BILHETES •
CONDIÇÕES • HOTÉIS • ALUGUEIS DE
AUTOMÓVEIS • EXCURSÕES • ROTEIROS •



VIAJAR — Agência de Viagens Ltda.

Av. Mal. Rondon, 447 - Sal. 2 - Tel. 085 421-2023 - Telex 1084 - 108 VIAJER - C.F. 201
CEP 7500 - JARAGUÁ - GO

GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
AVISO DE CANCELAMENTO

A Comissão Setorial de Licitação de Material, torna público e Cancelamento da Tomada de Preços nº 000031/MS/EDUC, que será realizada no dia 23/09/82 às 9:00 horas por solicitação da Secretaria de Estado da Educação.

Porto Velho, 17 de setembro de 1982.

Elaine Pauline Fantele

Presidente da COM-MS/EDUC Substituta
(21, 24, 25)

CONTRATAÇÃO IMEDIATA

MOÇA de boa aparência que tenha conhecimento em fazendas e que seja datilógrafa, com redação própria.

TECNICO em refrigeração com experiência mínima de 2 anos em Carteira. Favor ao se apresentar trazer realmente presentes as regulares solicitações.



JORMA DE RONDÔNIA LTDA.

Av. Carlos Gomes, 1885 — Fone: 069-221-3384 — Telex 068

AVISO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 002/CPLD-82

O Governo de Rondônia, através da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar às 09:00 (nove) horas do dia 04 de outubro de 1982, na sala onde funciona a Comissão Permanente de Licitação de Obras, situada na Esplanada das Secretarias, Edifício da S.E.O.S.P., Concorrência Pública para obras de "CONSTRUÇÃO DE UMA CRIANÇA EM PORTO VELHO (RO)."

O Edital na íntegra e as informações nec-

plementares sobre os elementos da presente Concorrência Pública bem como, o projeto e as especificações necessárias à execução da obra, que fazem parte integrante do presente Edital, encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, no endereço acima mencionado.

Porto Velho (RO), 17 de setembro de 1982

Jorge de Souza

Presidente da CPLD

(22, 24, 25)



DOCUMENTOS PERDIDOS

FRANCISCO GUARDINI DA SILVA, comunique para os devidos fins que perdeu: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação.

- NOTA -

A Associação Comercial de Rondônia, Clube dos Dirigentes Lúcio, Associação Profissional do Comércio Exterior de Vendas e Têxteis, Associação Profissional do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Associação Profissional de Papeis e Acadêmicos Para Vendas, Associação Profissional do Comércio de Material Elétrico e Eletrodomésticos, em público repulgar o ato de apelação proferido contra o comerciante José das Neves Ximenes, em frente ao seu estabelecimento pelo candidato a vereador pelo Partido Democrático Social, Cláudio de Assis Correia. O empresário José das Neves Ximenes ao tentar defender a sua propriedade, contra a colocação de cartazes de apelo, foi barbaramente espancado sendo conduzido por populares ao hospital, vítima de lesões sérias de candidato.

As Entidades acima, através de suas diretorias solicitam das autoridades constituidas as providências cabíveis que o caso requer, bem como medidas sancionatórias que impeçam no futuro incidentes como o ocorrido.

Porto Velho-RO, 23 de setembro de 1982

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO
COMÉRCIO VAREJISTA DE ACESSÓRIOS
PARA VEÍCULOS DE RONDÔNIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação Profissional do Comércio Varejista de Acessórios para Veículos de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a legislação sindical vigente, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de outubro de 1982, às 20 horas na sede da Associação, na Av. Presidente Dutra, 2021, nesta cidade, a fim de deliberarem,

por escritura secreta, sobre a transformação da Associação em Sindicato, aprovarem os respectivos Estatutos e elegem a Diretoria Provisória.

Não havendo número na hora marcada, a Assembleia será realizada 2 (duas) horas depois, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Porto Velho, 23 de setembro de 1982.

Francisco José da Silva Ribeiro

Presidente

(22, 23, 24)

TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S.A.
TELEFON

AVISO AOS AÇIONISTAS

AUMENTO DE CAPITAL

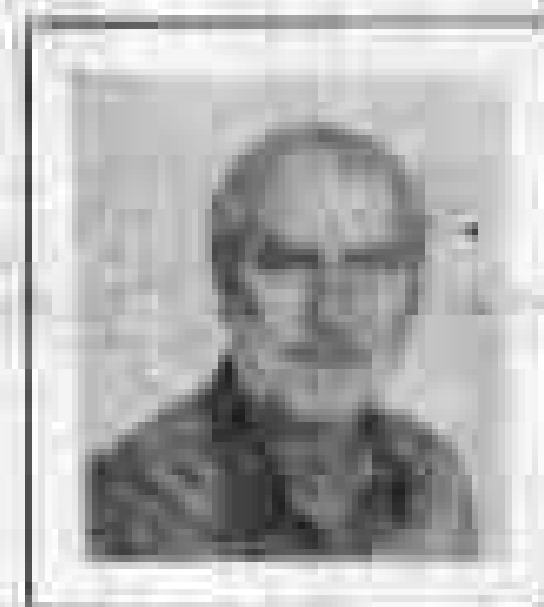
EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

ERRATA:

ONDE SE LÊ: "o Valor de Subscrição, as ações serão subscritas pelo Valor Patrimonial de Cr\$ 10,74 cada uma."

LEIA-SE: "o Valor de Subscrição, as ações serão subscritas pelo Valor Patrimonial de Cr\$ 10,174 cada uma."

WALTER BARTOLO — PDS
DEP. ESTADUAL N.º 1285



80 ANOS DE EXISTENCIA
45 TRABALHANDO PELA REGIAO

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E
ELETTRODOMÉSTICOS DO ESTADO
DE RONDÔNIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação Profissional do Comércio Varejista de Material Elétrico e Eletrodomésticos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a legislação sindical vigente, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de outubro de 1982, às 20 horas na sede da Associação, Av. Presidente Dutra, 2021, nesta cidade, a fim de deliberarem, por escritura secreta, sobre a transformação da Associação em Sindicato, aprovarem os respectivos Estatutos e elegem a Diretoria provisória.

Não havendo número na hora marcada, a Assembleia será realizada 2 (duas) horas depois, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Porto Velho, 23 de setembro de 1982

João Alfredo Nunes Sampaio Neto

Presidente (22, 23, 24)

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS LOGISTAS
DO COMÉRCIO (ESTABELECIMENTOS DE
TÊXTEIS E VESTUÁRIOS, ADOÇÃO E
ACESSÓRIOS, DE OBJETOS DE ARTE, DE
LOJAS FINAS DE CLOUTIER, DE MOYER
E CONGÊNERES DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação Profissional dos Lojistas do Comércio (Estabelecimentos de Têxteis e Vestuários, Adorno e Acessórios, de Objetos de Arte, de Lojas Finas de Cloutier, de Moyet e Congêneres do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a legislação sindical vigente, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de outubro de 1982, às 14 horas na sede da Associação, Av. Presidente Dutra, 2021, nesta cidade, a fim de deliberarem, por escritura secreta, sobre a transformação da Associação em Sindicato, aprovarem os respectivos Estatutos e elegem a Diretoria Provisória.

Não havendo número na hora marcada, a Assembleia será realizada 2 (duas) horas depois, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Porto Velho, 23 de setembro de 1982

Albertino Lopes

Presidente (22, 23, 24)

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
DE RONDÔNIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação Profissional do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a legislação sindical vigente, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de outubro de 1982, às 18 horas na sede da Associação, Av. Presidente Dutra, 2021, nesta cidade, a fim de deliberarem, por escritura secreta, sobre a transformação da Associação em Sindicato, aprovarem os respectivos Estatutos e elegem a Diretoria provisória.

Não havendo número na hora marcada, a Assembleia será realizada 2 (duas) horas depois, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Porto Velho, 23 de setembro de 1982

Mário Fernando Emanuel P. G. Braga

Presidente (22, 23, 24)

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EDITAL

A Comissão permanente de licitação de materiais, torna público aos interessados que, fará realizar no dia 05/10 de corrente às 15:00 horas, em sua sede na Av. Engenheiro da Silva, no Colégio Castelo Branco, Concorrência Pública referente a aquisição de material para servir a Secretaria de Estado da Educação.

Tomada de Preço N.º	Data	Hora
000001/MS/FAZ	28.09.82	8:00
OBJETO: Mat. Permanente e de Expediente		
000002/MS/FAZ	28.09.82	11:00
OBJETO: Mat. Permanente e de Expediente		

OBJETO: lapiseiras geladas.

Os Editais, Especificações e demais informações estarão disponíveis no período das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação de Material
COMPER

Av. Engenheiro da Silva — Edifício das Secretarias

Porto Velho, 17 de setembro de 1982

Francisco Gilson Nunes

Pres. COMPER/FAZ

(21, 22, 23)

GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
DE MATERIAL

AVISO

A Comissão Setorial de Licitação de Material, torna público aos interessados que, fará realizar no dia 05/10 de corrente às 15:00 horas, em sua sede na Av. Engenheiro da Silva, no Colégio Castelo Branco, Concorrência Pública referente a aquisição de material para servir a Secretaria de Estado da Educação.

Comandante N.º	Data	Hora
00	05/10/82	15:00
OBJETO: Grupos de trabalho para licitação.		

serviço etc. Máximo de preços, Alameda com 10 metros, Paralela Rua mencionada, Frente de altura livre.

Todos os interessados interessados à presente Concorrência poderão se obter no endereço acima.

Porto Velho, 17 de setembro de 1982

Elaine Pauline Fantele

Presidente da COM-MS/EDUC Subst.

(21, 24, 25)

Informe JC

A Universidade de Rondônia poderá contar com novos cursos (matrículas de Economia, Administração e Contábil), a partir do próximo ano, admitiu a professora Eva Albuquerque, diretora administrativo-financeira da Fundação Ceumar. Essa instituição será absorvida pela Uir, cuja implantação se dará no próximo dia dois de outubro, com a presença da ministra da Educação, Esther Ferraz. Cogita-se (e esse não é um dado conclusivo), disse a professora, a criação dos cursos de Medicina, Geologia e Engenharia Florestal. O assessor do MEC, professor Rildo de Maro, advertiu, porém, que "nenhum curso será implantado sem a definição de recursos do Ministério".

A campanha eleitoral em Rondônia continua em baixo nível. Os políticos, que tradicionalmente se empenham em lutas ideológicas, estão mudando: agora atacam em retaliações pessoais e frontais agressões (neste mês três candidatos a um cargo eletivo foram assassinados no Estado). Ordem, os muros da Capital amanheceram com palavras: E preciso melhorar urgentemente o estilo da campanha, em respeito pelo eleitor. xxx Idade nova chegou, segunda-feira, para o secretário estadual da Fazenda, economista. Euzimar Procópio de Oliveira. As comemorações que contaram com as presenças do advogado, jornalista e empresário Lúcio Malheiros Tourinho, jornalista Nêro Tourinho, Josias de Macedo, JC, secretário municipal de Planejamento, Haroldo Leite, economista Tavares (Atênias) de Castro, jornalista e empresário Mário Calisto, sub-secretário estadual da Fazenda (respondendo), Mário Barba, Walquir Fagundes, o "churman" da Varig Cruzeiro, Heitor Froes, dentre outros, ocorreram no gabinete de Euzimar Procópio de Oliveira. xxx Nunca, ou quase nunca, num fim de semana, tão poucos carros circularam pelas ruas da cidade como no que passou. Houve quem dissesse ser — como o economista Aldenor Neves — resultado direto do recente aumento do preço da gasolina, tão recente que os consumidores ainda não se haviam acostumado à alta absurda e estemporânea. Houve quem, menos otimisticamente, — caso do administrador de empresas Milton Oliveira —, que apontasse na falta de dinheiro generalizada a causa da "baixa maré". xxx Sub-gerente da Caixa Econômica

Federal, Honorina Pedreira, com idade nova chegando dia 30. Ontem, quem ficou velho um pouco mais, também da CEP, foi o Mateus Moreira. xxx Caixa Econômica Federal (sem /ramilhos Asturi) prossegue em ritmo de expansão. E dentro desse esquema que a empresa vai inaugurar uma filial em Vilhena. xxx Promotor Teodoro (Loreto) Forte de choro novo. Nasceu, domingo, no hospital do S. Bec, mais uma herdeira do casal. xxx Volta hoje para Brasília, o assessor especial da Caixa Econômica Federal, Antônio Carmo Silva. Veio a Porto Velho acompanhar a "operação ouro", desenvolvida, pela CEP. xxx A Vasp iniciou a construção de sua nova sede no Recife. O prédio está sendo construído numa área de 1.500 metros quadrados, na confluência das ruas Manoel Burba com Sociedade. xxx

M. L. AMARAL, firma estabelecida nesta cidade de Porto Velho — Rondônia, à Rua Gonçalves Dias nº 298 — C.D.C. nº 04.773.339/0001-41, Inscrição Estadual nº 23.006891-7, Comunica que foi extraviado 03 (Três) empenhos (la Vias) de nº 1003/000943 no valor de Cr\$ 257.400,00, Empenho nº 1003/000956 no Valor de Cr\$ 183.705,00 e Empenho nº 1003/001.099 no Valor de Cr\$ 1.310.200,00.

Porto Velho, 20 de Setembro de 1.982.



CURSO EINSTEIN E DATA CENTER

LANÇAM CURSO DE OPERADOR DE COMPUTADOR. AULAS TEÓRICAS NO CURSO EINSTEIN E PRÁTICAS NOS COMPUTADORES DA DATA CENTER. INÍCIO DAS AULAS DIA 30 DE SETEMBRO.

PEÇA INFORMAÇÕES NA SECRETARIA DO CURSO EINSTEIN à Rua Gonçalves Dias, 92, TELEFONE: 221-3185.

MARMORARIA BRASIL

Granitos, mármore, fôrmas pectoris, Soteras, placas lava térmica, hexadivisórias, banheiros, placas em alto e baixo relevo, escadas, pisos, e revestimentos em geral.

Faça orçamento sem compromisso.

Rua Afonso de Albuquerque nº 300.
PONE: 221-6532
Bairro Nda. Sra. das Graças
PORTO VELHO — RO.

MARMORITE GUANABARA LTDA.

CNPJ (ME) 08.078.947/0001-01 — Ins. 12.388.000-1
Centro de Marmoraria Sobrinho, Tanque, Piaç.
Placas divididas para Banheiros, Pisos, Placas e demais produtos de marm.
Venham consultar nossos preços, são os melhores da praça.
Rua Quatzenberg d'Almeida — Porto Velho

IBEMALTA

IND. BENEFICIAMENTO DE MADEIRA LTDA.
IBEMALTA

Vende a melhor madeira da cidade com descontos especiais e entrega a domicílio

Fábrica — BR-364 KM 10 — Tel. 221-5800

Depósito — BR-364 KM 1 (op. lado do Expresso Araçatuba)

RONDON QUER SER AGÊNCIA DE ESTÁGIO

BRASILIA — A presidente do Projeto Rondon professora Maria Levy Cardoso, em sua primeira audiência oficial com a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, voltou à disposição do MEC e disse que dirige para obter as condições de agência promotora dos cursos curriculares de alunos universitários.

Diz a presidente do Rondon que já existem 40 universidades que aderiram ao estágio curricular, com desistência para portaria institucional do MEC e Ministério da Educação, permitindo a instituição de Marmar abrange mais de 100 universidades.

O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL (I)

— Prof. Rildo Lages Martins — Curitiba — São Paulo

1. O Ministério Público, como instituição nacional, vem desde a primeira Constituição da República, de 1889, que apenas se referiu à designação do Procurador-Geral da República, relegando suas atribuições à lei ordinária (art. 54, § 2º). As Constituições subsequentes foram delineando sua posição institucional e definindo as suas atribuições até chegar à Constituição vigente, de 1969 (Emendas 01/69 e 07/77), que determinou a sua organização em carreira, por lei estadual, observadas as normas gerais da Lei Complementar Federal pertinente (art. 36, parágrafo único).

2. Nas sucessivas Constituições da República, o Ministério Público ora figura no capítulo do Poder Judiciário (Constituições de 1889, art. 58, § 2º; de 1934, art. 99; de 1946, arts. 125 e 126; de 1967, arts. 117 e 120), ora em capítulo autônomo (Constituição de 1934, arts. 125 e 126), e, atualmente, vem inserido no capítulo do Poder Executivo (Constituição de 1969 — Emenda 01/69, arts. 94 e 95, com a redação dada pela Emenda 07/77). Mas o certo é que sempre se reconheceu a independência funcional do Ministério Público e a condição de agentes políticos de seus membros, bem diferenciada dos agentes administrativos que são os funcionários públicos em sentido estrito.

3. Assim sendo, a nosso ver, o correto posicionamento do Ministério Público foi o da Constituição de 1934, que o situou em título autônomo, sem vinculação a qualquer dos Poderes do Estado, atento a que no desempenho de suas atribuições não está hierarquizando ou subordinando a qualquer deles, tendo funções próprias e específicas, inconfundíveis com a de qualquer servidor público. Bem por isso advertiu WILSON ACIOLI que:

"Não deve nem estar subordinado ao Poder Judiciário, pois diminuiria sua independência perante o mecanismo da Justiça, nem deve estar ligado substancialmente ao Poder Executivo, pois sua independência desde logo se amaria diante das imposições governamentais" (WILSON ACIOLI, INSTITUIÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL, São Paulo, 1974, p. 455).

4. No mesmo sentido profetizou JOSÉ AFANADOR DA SILVA ao comentar as funções do constituinte, dizendo:

"Essas vacilações do legislador constituinte sobre a colocação da instituição no texto constitucional revelam dúvida quanto à sua essência natureza jurídica e sua verdadeira posição na organização nacional", e remata o título constitucionalista afirmando que "o Ministério Público tem situação autônoma na estrutura administrativa" (CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, São Paulo, 1978, vol. I, p. p. 221 e segs.).

5. De nossa parte, ao estudarmos a estrutura da Administração Pública, colocamos o Ministério Público dentre os ÓRGÃOS INDEPENDENTES e caracterizamos os seus membros como AGENTES POLÍTICOS (e não funcionários públicos), nestes termos:

"É de se incluir, ainda, nesta classe (de órgãos independentes) o Ministério Público Federal e estadual, e os Tribunais de Contas da União, dos Estados membros e Municipais, os quais, embora não sejam órgãos representativos dos Poderes a que pertencem, são funcionalmente independentes e seus membros integram a categoria dos agentes políticos, inconfundíveis com os funcionários das respectivas instituições" (IN NOSSO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 2a. ed. RT, São Paulo, 1961, p. 40).

ORAÇÃO DAS TREZE ALMAS

Oh! minhas treze Almas Benditas, Salidas e Emendadas, a Vós, peço pelo amor de Deus atender meu pedido.

Minhas treze Almas Benditas, Salidas e Emendadas, a Vós peço pelo sangue que Vós derramastes, atendendo o meu pedido, toglho-me cubra com Vossos braços e me proteja-me cubra com Vossos braços e me proteja com Vossos braços. Oh! Deus, que bendito Vós seja meu advogado na vida e na morte, peço Vós que me atendais e me livreis dos males, dai-me saúde na vida. Segue minha imagem.

Que os olhos do mal não me vejam, corra a força dos meus inimigos. Minhas 13 Almas Benditas, Salidas e Emendadas, se me firdes alcançar a graça (ou o favor) o pedido) ficarei devoto. Mandarei publicar como faço neste ato, também será enviada uma missa pelas 13 Almas Benditas, Salidas e Emendadas. Durante 15 dias, até ao 15 de Novembro a 15 Ave Marias MEAS.



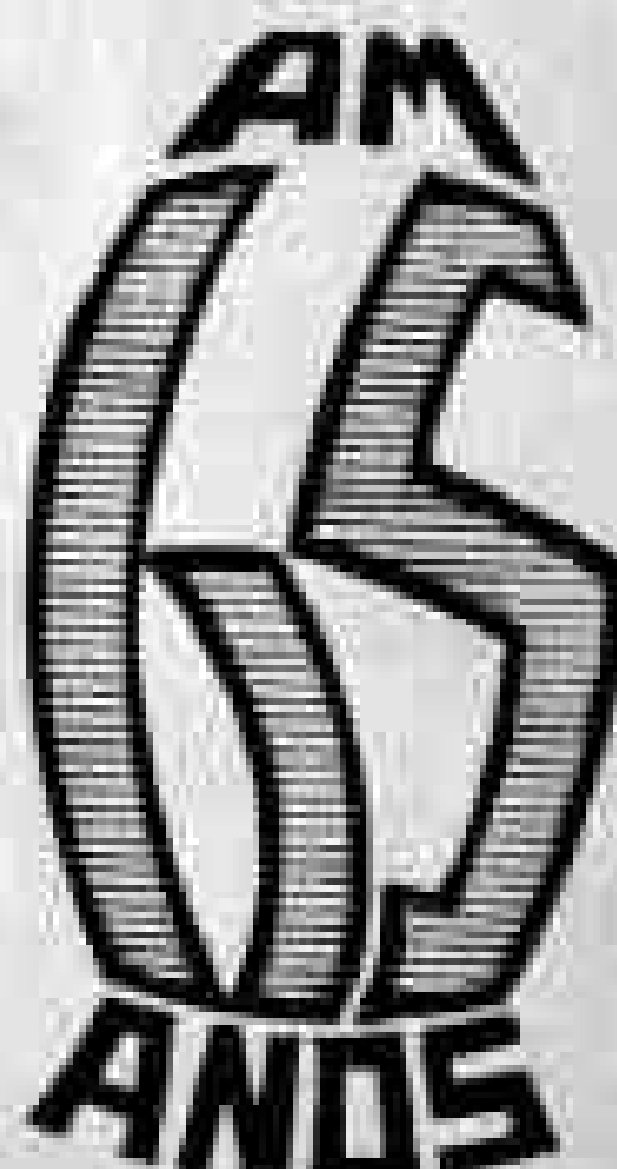
COMPANHIA ATLANTIC DE PETRÓLEO

Técnico em Contabilidade

COMPANHIA ATLANTIC DE PETRÓLEO, adquire e promove jovens, ambiciosos e dispostos, para exercerem funções relacionadas com área fiscal, contábil, caixa, pessoal e legatária e demais tarefas que envolverem uma distribuição de Derivados de Petróleo.

O local de trabalho inicialmente, será nas cidades de Alta Floresta (MT), Sinop (MT) e Vilhena (RO), podendo ocorrer outras transferências para outros centros, dependendo, exclusivamente, do desempenho do futuro funcionário.

Enviar currículo, foto e pretensões salariais para a Rua Libero Badur, 263-19ª andar.
CEP: 01.500 — São Paulo — SP — Coordenadoria de Pessoal.



Depois do encerramento do trabalho da Comissão de Manter, no Supremo Tribunal de Justiça. Depois disso, há a sessão a que chamamos o Tribunal Especial do VIII Cópia de Amador, no CBF, onde se pode mais bem se fazer uma final desse torneio que passou de repente de integração do futebol amador regional, a um espetáculo entre de importância, pois, segundo se sabe, não se pode ter aborrecimento de ver a Confederação, que poderia, trazer aqui aquilo que vem dando até agora para a promoção.

Respeito que o Peruviano não é um preparado, seria mais sujeito a cair do Estado do Arce e os Territórios de Amador e Brasil, que estavam prontos a ir para uma reunião, mas não deve ser feito, não a quem dizer. Toda a verdade de se ver, etc.

Jogadores adversários estavam irregulares. O tal pedido não foi atendido, mas o mesmo não aconteceu em Maragá.

Resultado, o Perseverante foi o único vencedor, mas não sabemos quem irá enfrentar para disputar as finais. Já que os presidentes das federações fizeram o tal "acordo de cavalheiros", o ideal seria a própria CBPF, que sugeria o tratado, fazer uma gracinha para o promotor acatado, que dispôs de provar não ter a mínima condição no futebol, perdendo 4 pontos (120 para o São Raimundo — Sorocaima e 120 para o Independente de Maragá) perdidos, recorreu, e o pior: ganhou a causa, obrigando o Juiz de Dependência recorrer ao STJD, e suspender tudo mais uma vez, até que agora poderá ser em 20 finalista, acabando com o sonho do VIII Cadeão da Amazonia.

Enquanto a elite se divertia lá pelo Rio de Janeiro, o Peruviano sai da manobra todos os treinamentos para se fixar de férias, entrando novamente no campeonato porto-riquenho, jogando este domingo no Atletico contra o Vasco da Gama.

[illegible]

— O que está acontecendo aqui?

— Não sei, mas sinto a vibração aqui. Não sei se está a acontecer algo a nível da geodinâmica para o momento, mas a nível do Sudoeste Asiático.

— Já a nível do Sudoeste Asiático, há alguma coisa a acontecer? Há alguma coisa a acontecer aqui?

— Não sei, mas sinto a vibração aqui. Não sei se está a acontecer algo a nível da geodinâmica para o momento, mas a nível do Sudoeste Asiático.

Com mais uma rodada dupla, para seguir neste final de semana o campeonato Municipal de Futebol Velho. São Domingos e Bonifácio, fazem a partida preliminar, enquanto que Fervejentes e Vênus de Gama, se enfrentam. Com isso, o Fervejente marca a sua volta ao campeonato, depois de estar afastado desde o mês passado.

Seja pelo principal, a situação real não mudou para a Fomocem, que agora está mais preocupada com a decisão do Cedeu do que com a corrente fiscal de que já comprou o primeiro turno. Já o Voto da Casa, que é a alternativa de risco, tem que lutar mais para conseguir um resultado suficiente para a sua posição. Se não pode tomar que está um tanto quanto inseguro de sobreviver.

[illegible][illegible]

VASCO X FLAMENGO: A GRANDE DECISÃO HOJE NO MARACANÃ

[illegible]

Marcelo e Simon, Ylce, Rubdy e Zoi. Aos 18 anos, Marcelo e Ylce, que estão casados, vivem juntos. Desde os primeiros dias apaixonados no primeiro grande encontro, o Ylce era apaixonado e porque de Marcelo lembrando um menino de hoje ainda mais bonito e diferente que Marcelo quando. O pai Zoi, de 60 anos, também, está muito apaixonado por ela e também de todos os filhos para ter a certeza de que não tem.

Traz milhões em prêmios para você

[illegible]

Paulo Queiroz

APRESENTAÇÃO DO ESTREANTE

A proposta ou objetivo desta coluna é a reflexão e a análise da política e dos fenômenos decorrentes da sua prática. Permitimo-nos não nos alongarmos em explicações sobre por que os assuntos locais estejam sempre no topo das nossas prioridades, além do que, esta é uma recomendação da direção deste jornal. Os temas nacionais, no entanto, deverão ser objeto da nossa atenção toda vez que alcançarem repercussão que justifique a ocupação deste espaço.

A esta e às boas maneiras recomendamos que o estreante se apresente ao seu público. Como não nos propomos a escrever uma biografia, seria bobagem perder tempo em apresentações de ordem pessoal. Assim sendo, situaremos nossa apresentação no âmbito das ideias acerca do assunto de que vamos tratar de hoje por diante: a política.

Em sentido amplo, a palavra "política" se refere ao poder, quer compreendendo a luta por sua conquista, sua manutenção e expansão, quer as instituições através das quais ele se exerce, ou a reflexão sobre sua origem e razão de ser. O poder político é geralmente mencionado sem adjetivos. Ao dizer-se, por exemplo, que determinado partido ou grupo tomou o poder, desnecessário explicitar. Não terá sido, certamente, o poder espiritual, econômico etc., mas sim o político.

Se os outros poderes são relativos ou dependentes, o político, no âmbito em que se exerce, é o poder em si, dependendo apenas da própria estrutura e da mecânica do seu funcionamento.

Assim como não há sociedade sem um mínimo de lei, também não há comunidade sem poder, sem uma estrutura investida da capacidade de dirigir e governar. É recomendável lembrar sempre a noção de que o surgimento e a constituição do poder exprimem, via de regra, os interesses de determinadas classes sociais, correspondem à necessidade de preservar e promover esses interesses, submetendo à disciplina do direito — e da força que assegura a sua execução — os interesses de demais entidades com as quais não se mantém pacífica e espontaneamente.

A presença da força, que acompanha o poder como sua sombra, não se explicaria se a sociedade em que o poder se exerce não abrigasse interesses antagônicos, que não se podem harmonizar independentemente de uma certa dose de coução.

Enquanto outras formas de atividade humana têm interesses limitados ou parciais, a política tem por objetivo a vida social considerada em sua totalidade, uma vez que consiste no governo da sociedade por aqueles que detêm o poder. Não é outra a razão pela qual Platão ensinava que os filósofos devam ser reis ou os reis filósofos, querendo dizer com isso que não são aptos para governar os especialistas e os técnicos, que têm do real uma visão parcial e limitada, mas apenas aqueles que obtiveram da realidade uma visão global, o que permite distribuir e ordenar as partes em função do todo.

Superficialmente e em linhas gerais estas são as ideias que servirão de pano de fundo para a produção do nosso material diário. Restando acrescentar apenas a nossa convicção de que a legitimidade do poder resulta, primeiro, de sua origem, o mandato popular, e, segundo, do seu exercício em conformidade com a lei (texto constitucional), que elaborada em nome do povo, pelos representantes da soberania popular, representa a suprema instância jurídica e política à qual todos os poderes devem submeter-se.

DELEGADO PEDE AJUDA PARA ACABAR ONDA DE ASSALTOS



Delegado Lamartine vai reunir comerciantes e gerentes de bancos para discutir medidas especiais de segurança uniformes (Foto João Alberto)

"Nesta época do ano Porto Velho se transforma no Eldorado dos ladrões que sabem que ainda pouco dinheiro tem o garimpo e, então, se aproveitam para agir sendo facilitados pela própria inércia que não possui meios providências para sua segurança, e mesmo acontecendo com as empresas, bancos e outras instituições".

O delegado do 1º DP, José Lamartine diz que há necessidade de se portos-velhenses criar uma nova mentalidade de segurança de bens e individual, porque em caso contrário vamos ter um número maior de vítimas (é que normalmente as quadrilhas que vem agindo na capital são de outros Estados) mesmo admitindo que entre elas, como indicadores, há pessoas residentes aqui mesmo.

QUADRILHAS

Para o delegado Lamartine a mesma quadrilha que deu o golpe de mão forçada no funcionário do Banco do Brasil assaltou o patrimônio da Metalúrgica, ficando nos dois casos cerca de 44 milhões de cruzeiros. Já os casos de Pernambuco, do hotel Nôvo e do Magalê Arraço foram outros grupos.

Nos dois casos anteriores foi o mesmo bando, formado por elementos de outros Estados mas que certamente contam com gente daqui mesmo que servem de orientadores e de olheiros. Não se trata porque eles fazem o possível para complicar o trabalho da polícia, deixando fatos que podem desviar o rumo de cada investigação.

Já no roubo da Pernambuco o delegado diz que já está "em cima" dos ladrões. Os documentos, envolvendo 1,5 milhão cada, foram grupos daqui mesmo que fizeram os serviços.

FALTA SEGURANÇA

"Nesta época corre muito dinheiro e os ladrões sabem disso. Então, vão para cá e se aproveitam".

William, Veja — disse o delegado ao repórter — que é difícil encontrar uma empresa que se preocupe com seu sistema de segurança. A mesma coisa acontece com o cidadão comum.

"Os bancos mandam seus caixas buscar dinheiro nas firmas comerciais sem maior segurança. Se houver um assalto pode morrer o funcionário e ainda não o próprio. Os depósitos de firmas não têm vigilância e qualquer ladrão amador entra fácil neles. Fomos que de um modo geral há enorme negligência na política mas é preciso ver que é impossível transformar uma região inteira de polícia porque não há efetivo para tal".

"Nas ruas é o mesmo problema: quantas casas são deixadas abertas pelos seus donos ao sair? Isso facilita a ação dos ladrões. Quando não ficam ninguém em casa sempre é bom pedir ao vizinho para dar uma olhada e que não esteja muito e também garantir maior segurança".

REUNIÃO

O delegado do 1º DP pretende, com autorização do delegado-geral, convocar comerciantes e gerentes de bancos para uma reunião em que será discutida a questão da segurança em Porto Velho.

"É preciso que todos tenham consciência de que a cidade cresce muito e com isso o índice de criminalidade. Então há de se criar também em cada cidade uma ideia de que deve fazer o possível para defender os seus bens, a sua própria vida, de maneira que puder".

Lamartine finalizou citando que em todos os casos de grandes assaltos na capital nos últimos dias, sempre a polícia observou a total ausência de maiores medidas de segurança: "no caso do Banco do Brasil o funcionário com 20 milhões de cruzeiros não foi no carro. No caso da Metalúrgica não havia vigilância. E já muita gente que ainda deixa o carro aberto e a chave no contato".

DETRAN NA GUERRA ÀS CARTEIRAS "FRIAS"

A circulação de Cartas de Habilitação "frias" em Rondônia não é uma novidade: a quantidade de agora é que se mostra tão alta que alguns setores policiais parecem alarmados — 3 mil.

Há dois anos policiais da Polícia Civil descobriam uma quadrilha que viaja, distribuindo CNH "frias", e que com impressões em Rio Branco e em Guaraciá Minas em gráficos "falsos".

Segundo o diretor do Detran, para o policial formado é fácil identificar quando uma CNH é "fria" ou não. "Não examinamos 60 policiais (da Polícia) um cargo feito no próprio Detran, sabendo de que maneira podemos ver logo se é correta ou não".

Depois disso que para identificar a pessoa que acabou de fazer a prova de direção, verificando se a pessoa é o que é e o que é — verificando que a primeira é feita em papelada e a segunda não. No curso de análise de documentos que fazemos, mostramos como se pode ver logo a diferença e sempre os policiais que trabalham com identificação do correto".

"O ESQUENTADO"

Há também a questão da carteira "esquentada", disse o diretor do Detran. Este grupo é o da qual que se apresenta pela primeira vez para tirar



Os policiais tem medidas para identificar as "cartas frias". (Arquivo)

habilitação e assiste do exame, voltando a ser em contato depois com uma CNH.

"Fui é que quando resolve pedir a regularização da sua CNH pelo Detran de Rondônia, ele consegue porque o proprietário vem direto então a solução é regularizar".

No Detran rondoniense, diz Inapian, não há condições disso acontecer "porque exigimos rígido controle na movimentação de documentos. E também não acredito que haja qualquer renovação entre uma quadrilha que vem distribuindo cartas "frias" em Rondônia e algum funcionário do Detran".

No prédio do Detran, na avenida Kennedy, é grande o movimento diário em busca de CNH pela primeira vez em uma nova atividade ligada ao setor, com os corredores sempre cheios.

Atualmente estamos entregando em média 200 cartões de habilitação por mês, sempre com os candidatos fazendo testes de exames e com o rigor necessário para que tenhamos a segurança de que o novo habilitado está realmente em condições de dirigir", finalizou Inapian.



AS MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

O AM, nesta, 1982, e publicado da lista das mesas que serão montadas na data de 20 de Junho, reunindo os nomes dos eleitores.

1a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Elza Aquino de Lima Feliciano, 1º. Mesa — Lúcia de Souza Góes, 2º. Mesa — Maria Silva Fátima Ribeiro, 3º. Mesa — Arnaldo José Fernandes, 4º. Mesa — Rosário Maria Paula da Silva, 5º. Mesa — Ruth Luz da Rocha.

2a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Alécio Nogueira de Melo Filho, 1º. Mesa — Sônia Figueiredo D. de Barros, 2º. Mesa — Ruth Juller, 3º. Mesa — João José Viana dos Santos, 4º. Mesa — Sara Helena de Brando, 5º. Mesa — Sônia Regina Fernandes dos Santos.

3a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Arnaldo Bacia Camelo, 1º. Mesa — Imatelia Maria da Silva, 2º. Mesa — Valdemar Fátima Lima, 3º. Mesa — Lúcia Helena Fernandes, 4º. Mesa — Alberto Cirqueira da Silva, 5º. Mesa — Maria Aurélio de Noronha.

4a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Katrine Machado, 1º. Mesa — Maria Carmo Gomes, 2º. Mesa — Juracy Maria de Oliveira, 3º. Mesa — Alda Cristina Lemos Martins, 4º. Mesa — Paulo Miguel Pinheiro, 5º. Mesa — Carlos Oliveira da Silva.

5a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Cleonilde Maria da Costa Fátima, 1º. Mesa — Ana Eli Pinheiro Sobrinho, 2º. Mesa — Tânia Pinheiro de Araújo, 3º. Mesa — Yvone Doreth de Moraes, 4º. Mesa — José Wilson de Araújo, 5º. Mesa — Angelo Paulo Chaves.

6a. SECCAO — Colégio Carmelo Duarte — Presidente — Ernildo Magalhães Ribeiro, 1º. Mesa — Carlos Baril Dora Barreto, 2º. Mesa — Hamilton Fernandes Filho, 3º. Mesa — Maria Tereza Batista de Freitas, 4º. Mesa — José Vicente R. Pereira, 5º. Mesa — Almir Chaves Melo.

7a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — José Romaldo Fátima Filho, 1º. Mesa — Catarina Oliveira Pinheiro, 2º. Mesa — Helena Fátima, 3º. Mesa — Verônica Maria Mendes Costa, 4º. Mesa — Almir Magalhães, 5º. Mesa — Antonio Rodrigues Borges de Silva.

8a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — Tereza Marcelino Filho, 1º. Mesa — Luciana Fátima de Moraes, 2º. Mesa — Hilda Carlos Gomes, 3º. Mesa — Christopher George Chaves, 4º. Mesa — Rosângela Torres F. Fátima, 5º. Mesa —

9a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — Roberto Ludwig R. Nascimento, 1º. Mesa — Waldemar Lopes de Souza, 2º. Mesa — Sônia Domingos Guimarães, 3º. Mesa — Celso Maria, 4º. Mesa — Rui Lúcio, 5º. Mesa — Antonio Carlos C. da Silva.

10a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — Sidney Barba Lacerda, 1º. Mesa — Luciana Silveira de Souza, 2º. Mesa — Francisco Aparecido Fátima, 3º. Mesa — Nazareno Fátima da Silva, 4º. Mesa — Eládio Pacheco Silva, 5º. Mesa — Maria Célia Lemos de Fátima.

11a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — Manoel Góes de O. Silva, 1º. Mesa — José Roberto Fátima, 2º. Mesa — Henrique Fátima Fátima, 3º. Mesa — Tony Fátima de Oliveira, 4º. Mesa — Maurício Fátima, 5º. Mesa — Tiago Fátima.

12a. SECCAO — Colégio Duque de Caxias — Presidente — Francisco Fátima da Silva, 1º. Mesa — José Guilherme Maia, 2º. Mesa — Nivaldo Fátima, 3º. Mesa — Raul Fátima, 4º. Mesa — João de Aquino Fátima, 5º. Mesa — Francisco Fátima de Costa, 6º. Mesa — Adalberto Fátima da Silva Fátima.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA CMR

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO POR SUBSCRIÇÃO PARTICULAR, DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA (CMR) REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 1982

As 9:30 hs do dia 27 (vinte e sete) de agosto do ano de 1982 (hum mil noventa e sete e dois) na sala da Rádio 23, Rondônia do Brasil situada na Rua Joaquim Nabuco, n.º 2572, nesta Capital do Estado de Rondônia em 1.ª (segunda) convocação, reuniram-se, em Assembleia Geral, subscritores do Capital Social da "COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA" — C. M. R. em organização, com o objetivo de deliberarem sobre a Constituição da Empresa. O Senhor DIALMA XAVIER LACERDA, Implantador da Empresa, convocou para, fazerem parte da mesma da Assembleia Geral de Constituição o Representante do Governo do Estado de Rondônia, Dr. CESAR AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA, nomeado nos termos do Decreto Estadual n.º 435 de 23 de agosto de 1982, o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. EUDOMAR PROCOPIO DE OLIVEIRA, e o Representante dos Acionistas Minoritários, Dr. HENRIQUE GUILHERME DE BARROS CORRÊA. Em seguida o Implantador da companhia entregou a Presidência da reunião ao Representante do Acionista Majoritário, o qual designou para Secretário o Sr. FRANCISCO NATANIEL MIRANDA NADIER. Em nome do Governo do Estado, o Presidente da Assembleia, agradeceu a receptividade do povo de Rondônia a mais esse Empreendimento do Governo do Estado, ressaltando a importância da COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA no próprio contexto econômico nacional porquanto o Estado de Rondônia se constitui em significativa província mineral, fato que justifica o Empreendimento e assegura o seu êxito. Prosseguindo, o Presidente da Assembleia solicitou ao Acionista FRANCISCO NATANIEL MIRANDA NADIER, Secretário da Mesa, que apresentasse os Boletins de Subscrição do Capital e os subscritores a apreciação dos presentes. Constatando que o Capital da Companhia foi totalmente subscrito nos termos da Lei das Sociedades Anônimas o Sr. Presidente passou à verificação do quorum de subscritores presentes, para efeito de realização da Assembleia. Verificado o quorum exigido pela Lei, o Presidente declarou legalmente instalada a Assembleia. Proferiu-se, em seguida, a leitura e expedição dos recibos de que trata o inciso III do art. 82 da Lei das Sociedades Anônimas. Considerando que o Estado de Rondônia propõe a integralização de parte do seu capital subscrito com bens e equipamentos, submeteu o Sr. Presidente da Assembleia o Laudo de avaliação dos ditos bens e equipamentos, à consideração dos subscritores que o acharam conforme e o aprovaram. O Representante do Estado de Rondônia declarou que aceitava o valor atribuído aos referidos bens e equipamentos para todos os fins legais. O mencionado Laudo passou a integrar todos os atos constitutivos da Companhia. Submeteu em seguida o Sr. Presidente o Projeto de Estatuto da Companhia à análise da Assembleia para discussão e aprovação.

Todos os presentes aprovaram o Estatuto da Companhia nos termos em que foi apresentado. Prosseguindo, o Sr. Presidente, verificando que foram cumpridas todas as formalidades legais, declarou solenemente constituída a COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA. Procedeu-se, a seguir, à eleição dos membros do primeiro Conselho de Administração da Companhia nos termos do Art. 31 e parágrafo do Estatuto ora aprovado. Elegeram-se, então, o Sr. DIALMA XAVIER DE LACERDA, brasileiro, casado, Odeólogo, — residente e domiciliado nesta capital à Rua Jamarí, n.º 597, portador da Cédula de Identidade n.º 86564 — expedida pela SSP/RO, CPF n.º 851.307.824-97, o Dr. JOSE REINATO DA FROTA UCHOA, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta cidade à Rua D. Pedro II 332, portador da Cédula de Identidade n.º 40.202 expedida pela SSP/AM, CPF n.º 040.710.303-63, Dr. EUDOMAR PROCOPIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta cidade à Vila Capim sin, portador da Cédula de Identidade n.º 1.418.353, expedida pelo IPF/BJ, CPF n.º 023.658.607-30, e o Sr. HENRIQUE GUILHERME DE BARROS CORRÊA, bra-

zeiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade Estrada da Cascaheira s/n, portador da Cédula de Identidade n.º 132.944, expedida pela SSP/RO, CPF n.º 007.295.473-81. Rematou, o Sr. Presidente, que o Estado de Rondônia, na condição de acionista majoritário detentor de 87% (oitenta e sete por cento) do Capital Social da Companhia, elegia os quatro membros do Conselho de Administração. Nos termos do Art. 31 § 3.º do Estatuto da Companhia o Dr. CESAR AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA, na qualidade de representante do Estado de Rondônia designa para Presidente do Conselho de Administração o Sr. DIALMA XAVIER DE LACERDA, que passa a ser o Diretor Presidente da Companhia nos termos do Art. 35 § 1.º do Estatuto. Em seguida deliberou a Assembleia, sobre a fixação da remuneração dos membros da Diretoria, tendo como parâmetro a remuneração que é paga pelas demais Empresas do Governo do Estado, fixando-se assim os honorários de Cr\$ 437.480,00 (quatrocentos e trinta e sete mil cruzeiros), para o Diretor Presidente, e Cr\$ 384.360,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta cruzeiros), para os demais diretores. Rematou o Sr. Presidente que os membros do Conselho de Administração não serão remunerados. Passou-se em diante a proceder à eleição do Conselho Fiscal da Companhia, tendo o Estado de Rondônia, eleito os Srs. Dr. JOSE BERNARDO PEREIRA, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta cidade, tendo como suplente o Dr. LAERCIO HENRIQUE BARAUNA, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta capital; Dr. ANTONIO CARLOS RIBEIRO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, tendo como suplente o Dr. LEÃO RODRIGUES VIEIRA, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, residente e domiciliado nesta capital. Nos termos da Lei, os acionistas minoritários presentes indicaram para membro do Conselho Fiscal o Dr. JEFFERSON DELANO PINI, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado nesta cidade, e como suplente o Dr. GERMANO CAMPOS CAMARA, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado nesta cidade. Procedeu-se a seguir à fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal estabelecendo-se a quantia de Cr\$ 40.304,00 (quarenta mil, duzentos e quatro cruzeiros) mensais, para cada membro em efetivo exercício. Convocou em seguida, o Presidente da Assembleia, os Srs. membros dos Conselhos de Administração e Fiscal para assinarem, os respectivos livros, de posse, para os devidos fins legais. Finalizando, constituiu o Sr. Presidente sobre a existência de qualquer assunto de interesse e não havendo nenhuma manifestação, agradeceu a presença dos acionistas e mandou-se consignar nesta ATA que o Governo do Estado se sentia emobido com o comprometimento e com o prestígio dados à Assembleia Geral pelas autoridades presentes. Nada mais havendo a tratar, declarou o Sr. Presidente suspensa a reunião, pelo tempo necessário à lavratura da presente ATA, a qual, reaberta a sessão foi lida e aprovada, sendo devidamente assinada. Porto Velho, 27 de agosto de 1982.

Pelo Governador de Rondônia
César Augusto Ribeiro de Souza
Dialma Xavier de Lacerda
Eudomar Procopio de Oliveira
Henrique Guilherme de Barros Corrêa
Márcia Regina Pini
Roberto Guedesville Louretes
João Alberto Dias Lima
Leila Ribeiro de Queiroz
Ananias Marques Alves
Francisco Nataniel Miranda Nadier
César Augusto Ribeiro de Souza
João Sérgio Gouveia Coutinho
Nilton Santos de Oliveira
Freivaldo Magalhães Redner
Francisco James Fontineles Felício
João Milton Felizardo
Marta Luciene Oliveira Nunes
Sivalda Bâncourt de Almeida
Shella Regina Kelly do Casal

GOV. DO ESTADO DE RONDÔNIA FUNTA COMERCIAL DE RONDÔNIA CERTIDÃO

CERTIFICO que "COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA", com Sede nesta Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, sito à Av. 7 de Setembro, n.º 1094 arquivou nesta Junta Comercial, sob o Número de Ordem 112.000.001.7, por despacho da 1.ª Turma de Vogais, em 20 de setembro de 1982. Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 27 de agosto de 1982. Do que dou fé. Eu, Gilme Sousa de Moraes, Agente Administrativo, Chefe da Seção de Arquivo, passei a presente que também vai lida pelo Secretário-Geral. Porto Velho, aos vinte e um dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e dois.

Junta Comercial de Rondônia
Gilme Sousa de Moraes
Chefe da Seção de Arquivo
Visto:
João Aluísio Passos Bentes
Secretário-Geral
Claudrey Cavalcante Freitas
Diretora da Divisão de Registro de Comércio

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA — CMR CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÓRUM E JURISDIÇÃO

Art. 1.º — A Companhia de Mineração de Rondônia, com sigla CMR, criada e organizada pelo Decreto Lei Estadual n.º 217 de 25 de maio de 1982, é constituída sob a forma de sociedade Anônima e rege-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação Federal e Estadual que lhe for aplicável.

Art. 2.º — A CMR, com sede e foro na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, podendo, por deliberação de seu Conselho de Administração, criar agências, escritórios, sucursais ou administrativos, possa de serviços em qualquer parte do território nacional e no exterior.

CAPÍTULO II DO OBJETIVO SOCIAL

Art. 3.º — A CMR tem por objetivo social a prospecção, pesquisa, lavra, beneficiamento, exploração industrial e comercial e quaisquer outras formas de aproveitamento econômico os minérios, bem como a formulação e execução de estudos, planos, programas e projetos para a organização, a expansão e ao desenvolvimento, em geral, da atividade mineral no Estado de Rondônia.

Art. 4.º — Para consecução de seu objetivo social, a C.M.R. poderá:

- I — formular planos diretores que se comarcem na fundamentação básica das políticas e estratégias do Governo do Estado com vistas ao desenvolvimento do setor mineral;
- II — realizar estudos e pesquisas sobre a geologia do Estado de Rondônia;
- III — criar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos ao aproveitamento dos recursos minerais;
- IV — realizar, diretamente ou em cooperação com entidades governamentais e privadas, estudos científicos, tecnológicos, socioeconômico-administrativos e jurídicos, visando a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais;
- V — promover e apoiar iniciativas voltadas para a formação, crescimento e aperfeiçoamento do pessoal nas áreas de economia mineral, tecnologia mineral, geologia e engenharia de minas;
- VI — sancionar os órgãos do Governo no que for conveniente ao setor mineral;
- VII — proporcionar a iniciativa privada assistência técnica, em termos de utilização do laboratório de análise e de equipamentos de uso específico no setor da mineração;
- VIII — promover a articulação entre os órgãos da administração federal, estadual e municipal direta ou indiretamente envolvidos com atividades minerais do Estado;
- Art. 5.º — Não desamparado de suas atividades, a Companhia fica autorizada a:

- I — requer autorização para a pesquisa mineral;
- II — requer autorização para lavra das jazidas que ofereçam reais possibilidades de aproveitamento econômico;
- III — negociar com empresas de mineração a concessão de lavra ou a renda do direito de requisição previamente verificada nos documentos necessários-fiscais;

IV — explorar diretamente as jazidas de esta concessão de lavra ou renda, comercializar bens minerais de produção própria ou de terceiros, podendo, inclusive, tomar a seu cargo a industrialização desses bens;

V — constituir sociedades comitadas e/ou participar acionariamente do capital de empresas voltadas diretamente ligadas ao setor mineral;

VI — enviar representantes a Conselhos de Administração, controlar empréstimos para financiar mobilizações técnicas e/ou capital de giro, bem como para contratação de serviços técnicos e técnicos;

Art. 6.º — É facultado à CMR, desempenhar suas atividades de forma indireta, através de Consórcios com órgãos públicos ou, ainda, mediante Contrato com empresas e empresas públicas ou privadas.

Parágrafo Único: Na hipótese prevista pelo "caput" deste artigo, a CMR deverá, em caráter preliminarmente, o aspecto, competência, experiência, qualificação técnica, experiência e idoneidade dos responsáveis pela prestação dos trabalhos.

CAPÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 7.º — capital social social da CMR é de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), dividido em 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal Cr\$ 1,00 (hum cruzado) cada, subscritas pelo Estado de Rondônia 322.000.000 (quinhentas e vinte e dois mil e duzentas ações, destinadas a ser resgatadas a subscrição por pessoas físicas e jurídicas.

§ 1.º — As ações subscritas em dinheiro serão integralizadas com o pagamento de 10% (dez por cento) do seu valor no ato da subscrição. O restante da integralização deverá ser parcelado mensais, iguais e sucessivos, em número de 12 (doze), rematando-se a primeira parcela no dia 5 de outubro de 1982, e as demais no dia 5 de cada mês, a partir de então.

§ 2.º — O Estado de Rondônia deverá, de voluntariamente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações em direito a voto.

Art. 8.º — Havendo alteração do Capital, poderão ser emitidas pelo Conselho de Administração e subscritas, em qualquer quantidade, ações da Companhia para integralização de qualquer das formas a seguir indicadas:

- a) em dinheiro, sendo o mínimo de integralização correspondente ao que for fixado em lei e a resgate conforme a estabelecido pelo Conselho de Administração;
- b) com créditos existentes na Companhia por ocasião da subscrição;
- c) com reservas legais ou estatutárias, legalmente aproveitáveis;
- d) com bens móveis ou imóveis, observadas as prescrições legais;

Parágrafo Único — As ações não poderão ser colocadas por valor inferior ao nominal.

Art. 9.º — Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital.

Parágrafo Único — O prazo de preferência deverá ser contado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do Edital de Aviso no Diário Oficial do Estado.

Art. 10.º — A Companhia, poderá emitir, na forma de lei, títulos minerais ou múltiplos de ações e, previamente, criadas que se apresentem:

Parágrafo Único — Os títulos múltiplos poderão ser convertidos em títulos unitários, ou vice-versa a requerimento do acionista.

Art. 11.º — A transferência das ações realizadas através de termo ou escritura ou livro próprio, observadas as formalidades legais.

Art. 12.º — Verificada a morte do acionista, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, utilizar-se de qualquer dos mecanismos legais acima e os que com ele tiverem sido previamente responsáveis.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

Art. 13.º — Constituem órgãos superiores da CMR:

- I — Assembleia Geral;
- II — Conselho de Administração;
- III — Diretoria Executiva;
- IV — Conselho Fiscal;

Parágrafo Único — A Competência e as funções das atribuições de cada órgão serão as distribuídas na Lei das Sociedades Anônimas, no presente Estatuto, nas deliberações e resoluções da Assembleia Geral da Companhia Executiva, nas normas internas que adotar, e demais legislação pertinentes.

CAPÍTULO V
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 — As matérias e condições para a realização da Assembleia Geral, a forma de sua convocação e funcionamento, o número de ações necessárias para a convocação, a maioria em suas deliberações e as suas atribuições, bem como as providências pertinentes relativas a proposituras e ações perante terceiros são as prescritas em lei e neste Estatuto.

Art. 15 — A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente da Companhia, ou seu substituto legal, que indicará por seu Secretário um dos acionistas presentes.

Art. 16 — Só poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam devidamente inscritas em seu nome, nos livros próprios da Companhia, até 3 (três) dias da data marcada para a realização da Assembleia Geral, ficando vedada qualquer transferência de ações durante os 3 (três) dias que antecedem à reunião.

Art. 17 — Admite-se o direito de representação do acionista por outro acionista, advogado ou administrador da Companhia, munido de procuração com poderes especiais.

Art. 18 — A Assembleia Geral Ordinária se reunirá nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, por convocação do Conselho de Administração, para exercer as atribuições previstas na Lei.

Art. 19 — A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente por convocação do Conselho de Administração, ou da Diretoria da Companhia, sempre que se fizer necessário, bem assim pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, nos casos previstos em Lei.

Art. 20 — Compete à Assembleia Geral:

- reformular o estatuto social;
- eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- suspender o exercício das funções dos acionistas;
- exercer outros poderes conferidos pela Lei.

Art. 21 — A Assembleia Geral ordinária reunirá-se anualmente, com o objetivo de:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos;
- eleger os membros da Administração e Fiscal, quando for o caso;
- aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Art. 22 — Compete ao Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, na forma prevista neste Estatuto.

§ 1.º — A Assembleia Geral poderá também ser convocada:

- pelo Conselho Fiscal, nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- por qualquer acionista, quando os administradores recusarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em Lei e no Estatuto.

§ 2.º — A Convocação da Assembleia Geral será feita mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de Rondônia e em jornal de grande circulação de cidade de Porto Velho, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do Estatuto, a especificação da matéria que será objeto da deliberação.

§ 3.º — A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita nos 4 (quatro) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação da primeira convocação; não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 23 — A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Único — A Assembleia Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto podendo instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número.

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO VI

Art. 24 — A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva que terão a composição e atribuições previstas na Lei e neste Estatuto.

Art. 25 — Aos membros da Administração é vedada a aquisição, ainda que em nome público, de bens de propriedade da Companhia.

Art. 26 — O prazo de gestão dos Conselheiros e Diretores estender-se-á até a posse dos respectivos sucessores eletivos.

Art. 27 — Não podem ser membros do Conselho de Administração ou da Diretoria as pessoas naturais que se encontrarem em condições previstas no 1.º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 28 — Os Diretores não poderão exercer, cumulativamente, cargos de direção, administração, consultoria ou assessoramento em empresas privadas, salvo nos casos em que a Companhia participe do capital social da Sociedade.

Art. 29 — O exercício dos cargos na Administração é privativo de brasileiros, residentes e domiciliados nesta capital, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os Diretores acionistas ou não, na forma da Lei.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 30 — O Conselho de Administração é órgão de deliberação, orientação e consulta, e tem por finalidade fixar os objetivos e a política da Companhia.

Art. 31 — O Conselho de Administração será constituído por 4 (quatro) membros, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo.

§ 1.º — A eleição dos membros do Conselho deverá recair em pessoas naturais, acionistas, indicados na seguinte forma:

- três pelo Governo do Estado, em coordenação acionista majoritária;
- um pelos acionistas minoritários que representem 20% (vinte por cento) no mínimo do capital com direito a voto nos termos do § 4.º, do Art. 141 da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

§ 2.º — A eleição do representante dos acionistas simples de voto.

§ 3.º — Dentro dos Conselheiros eleitos, o Estado de Rondônia, na condição de acionista controlador, designará o Presidente do Conselho.

§ 4.º — Os membros do Conselho de Administração terão mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 5.º — No caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será eleito em Assembleia Geral a ser convocada, dentro de 30 (trinta) dias contados da data que tenha ocorrido a vacância, assumindo o novo Conselheiro esse cargo até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

§ 6.º — Os Conselheiros somarão posse assumindo, isolada ou conjuntamente, o respectivo termo, lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à eleição.

§ 7.º — Tornar-se-á sem efeito a eleição do Conselheiro que deixar de assinar o Termo de Posse no prazo previsto no parágrafo anterior, salvo motivo de força maior, justificado e aceito pelo Conselho de Administração.

§ 8.º — Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado.

Art. 32 — O Conselheiro de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que julgado conveniente ou necessário.

§ 1.º — As reuniões serão convocadas pelo Presidente, através de comunicação escrita dirigida a cada conselheiro, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou coletivamente, no final de cada reunião.

§ 2.º — O conselho, com a presença de pelo menos 2 (dois) dos seus membros, deliberará sobre propostas que lhe sejam apresentadas pela Diretoria da Companhia, pelo Presidente do Conselho ou qualquer de seus membros e pelo Conselho Fiscal.

§ 3.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes e registrados em ata, cabendo ao Presidente o voto desempate.

§ 4.º — O presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, participará, obrigatoriamente das reuniões do Conselho.

§ 5.º — Os Diretores da Companhia que não foram membros do Conselho poderão tomar parte nas reuniões do órgão sem direito a voto, desde que convocados pelo Conselho.

§ 6.º — Não podendo o Conselho de Administração deliberar por falta de "quorum" por 2 (duas) reuniões consecutivas, será convocada Assembleia Geral nos termos do art. 123 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades), para imediata substituição dos membros que se tiverem afastado de suas funções, ou deixado de atender as convocações.

§ 7.º — Havendo interesse da Companhia que dependa de rápidas soluções do Conselho de Administração, a ausência de "quorum" constituirá motivo para convocação da Assembleia Geral nos termos do Parágrafo anterior.

Art. 33 — Compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e manifestar-se sobre as contas da Diretoria Executiva e sobre os balanços patrimoniais e financeiros, a conta de lucros e perdas e demais demonstrações financeiras, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido;
- eleger ou destituir os Diretores e fixar-lhes as distribuições;

c) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, até o limite de 1/3 (um terço) do capital social realizado;

d) autorizar a aquisição de bens móveis acima do valor de 10.000 (dez mil) CR\$;

e) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos a serem assumidos pela Companhia com terceiros e que envolvam compromissos financeiros de valor superior a 10.000 (dez mil) CR\$;

f) autorizar a Assembleia Geral as bases e condições para a emissão de ações e colocação de obrigações ou debêntures;

g) promover, após a devida autorização do Poder Executivo, negociação ou a associação com pessoas físicas ou jurídicas que detenham autorização de pesquisa e concessão de lavra mineral, ou que exerçam atividades ligadas ao aproveitamento econômico de minérios. A associação com pessoas jurídicas, poderá ser feita isoladamente ou em conjunto com outras entidades públicas e/ou privadas, inclusive sociedade de economia mista e a tabelamento de créditos oficiais, não sendo, contudo, obrigatório participar com a maioria do capital social;

h) convocar a Assembleia Geral, de acordo com o disposto neste Estatuto e com a legislação pertinente;

i) aprovar as bases e condições de empréstimos e financiamentos a serem contratados com instituições financeiras nacionais e estrangeiras;

j) aprovar normas sobre a aquisição e alienação de materiais, equipamentos e outros bens móveis. Sem prejuízo sobre alienação dos imovíveis;

k) determinar a realização de inspeção sanitária de qualquer natureza nos serviços da Companhia;

l) autorizar o afastamento de qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

m) aprovar os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e os planos e programas de trabalho;

n) manifestar-se sobre as matérias a serem submetidas à Assembleia Geral dos Acionistas;

o) decidir sobre a criação e extinção de cargos ou funções, sobre salários e vantagens do pessoal, organização e classificação dos quadros funcionais;

p) decidir sobre a cessação de dos- gões com encargos;

q) deliberar sobre os casos omissos

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

Art. 34 — A Diretoria Executiva é órgão de administração geral e a ela incumbe planejar, organizar, coordenar, controlar e executar as atividades da Companhia.

Art. 35 — A Diretoria Executiva será composta de 3 (três) membros, um Diretor-Presidente, um Diretor-Técnico, e um Diretor Administrativo-Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três (3) anos, permitida a reeleição, sendo o Diretor-Técnico, necessariamente, Geólogo ou Engenheiro de Minas e os demais Diretores profissionais de nível superior.

§ 1.º — O presidente do Conselho de Administração será o Diretor-Presidente da Empresa.

§ 2.º — Os membros da Diretoria tomarão posse mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria" perante o Conselho de Administração.

§ 3.º — Os membros da Diretoria não poderão ausentar-se do exercício por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou sessenta (60) dias intercalados, no período de um ano, sob pena de perda do cargo, salvo em caso de licença, autorização de afastamento ou férias anuais.

§ 4.º — Durante o período de licença, afastamento ou férias será assegurada aos Diretores a remuneração mensal correspondente, ouvido previamente o Conselho

de Administração.

§ 5.º — No caso de licença ou afastamento de membros da Diretoria por período superior a trinta (30) dias, a substituição processar-se-á mediante nomeação do Conselho de Administração.

§ 6.º — Também será considerada vaga o cargo de membro da Diretoria quando, sem causa justificada, qualquer deles:

- faltar a mais de quatro (4) reuniões consecutivas da Diretoria;

b) recusar-se a atender à convocação prevista no art. 33 § 5.º deste Estatuto.

§ 7.º — Vagando definitivamente cargo na Diretoria, o Conselho de Administração elegerá sucessor devendo a diretoria designar um dos Diretores remanescentes para responder pela Diretoria vaga, até a posse do eleito que completará o prazo de gestão do sucedido.

§ 8.º — No caso de vacância de todos os cargos da Diretoria, compete ao Conselho de Administração eleger, imediatamente, os novos Diretores, devendo o representante do acionista Estado de Rondônia praticar, até esse eleger, os atos urgentes de administração da Companhia.

Art. 36 — A remuneração mensal dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral.

Art. 37 — A Diretoria Executiva reunirá-se mediante convocação do Diretor-Presidente, tantas vezes quantas necessárias, deliberando por maioria simples, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum e de desempate.

Parágrafo Único — As reuniões da Diretoria poderão realizar-se fora da sede da Companhia, sempre que se fizer necessário, por conveniência e no interesse dos seus serviços, devendo, o Diretor-Presidente, na hipótese, indicar, com clareza, na convocação que fizer, o lugar da reunião.

Art. 38 — Compete à Diretoria Executiva:

- autorizar ao Conselho de Administração os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e os planos e programas de trabalho;

b) ouvido o Conselho de Administração, celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

c) promover a elaboração e aprovar os esquemas de organização da empresa;

d) acompanhar o andamento da receita e despesa e os orçamentos anuais ou plurianuais de investimentos e propor ao Conselho de Administração as alterações necessárias;

e) definir o plano de trabalho da empresa e providenciar para a sua execução;

f) disciplinar o regime de admiação, acesso, promoção, vantagens e condições de trabalho para os empregados da Companhia;

g) delegar poderes e funções a empregados para a prática de atos específicos, observadas as prerrogativas legais;

h) examinar e aprovar, em cada exercício, o balanço geral da Companhia, a demonstração de resultados e propor a aplicação dos lucros excedentes da destinação estatutária;

i) resolver todos os negócios da Companhia que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ouvido o seu órgão soberano sobre matérias que devam ser previamente submetidas;

j) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

Art. 39 — Compete ao Diretor-Presidente:

- executar e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria;

b) iniciar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria Executiva;

c) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, em suas relações com terceiros, acionistas, empresas e pessoas ligadas ao setor, autoridades governamentais e o público em geral, podendo delegar tais poderes a Diretores, bem como nomear prepostos ou mandatários;

d) apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual dos negócios da Companhia dentro de 90 (noventa) dias, contados após o encerramento do exercício social;

e) exercer as funções de comando e supervisão em todos os níveis da administração da Companhia, podendo para isso praticar todos os atos de gestão;

f) coordenar as atividades e trabalhos que visem ao desenvolvimento dos serviços e programas da Companhia;

g) ter sob suas ordens os serviços de consultoria jurídica, contábil, engenharia da empresa;

h) fazer publicar o relatório anual da empresa;

i) suspender qualquer decisão da Diretoria

(Continua na Página 4)

COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA CMR

(Continuação da Página 3 — DINAE)

quando a considerou contrária à Lei, ao Estatuto ou inconveniente aos interesses sociais, submetendo o assunto à deliberação do Conselho de Administração.

II — juntamente com outro membro da Diretoria, manter contratos, acordos e concessões, contratar, avaliar ou endossar notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos dessa natureza, ouvido o Conselho de Administração, quando for o caso.

III — emitir e endossar cheques juntamente com outro membro da Diretoria, podendo delegar poderes a empregados, procuradores ou ao Chefe da Secretaria competente para fazê-lo, ouvida a Diretoria Executiva.

IV — decidir sobre a admissão, promoção, transferência, punição e dispensa do empregado.

Art. 40 — Nas ausências ou impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído por um dos Diretores, por ele designado.

Art. 41 — Compete ao Diretor-Técnico:

a) supervisionar e controlar a execução das tarefas vinculadas à sua Área de atividade;

b) diligenciar na obtenção, junto aos órgãos competentes da administração de pesquisa e de concessões de lavra;

c) orientar e coordenar os trabalhos de levantamento e de prospecção de jazidas minerais, de supervisionar o pessoal técnico e administrativo lotado na sua Área;

d) outras atribuições que serão fixadas através de Resolução da Diretoria Executiva.

Art. 42 — É da competência do Diretor Administrativo-Financeiro:

a) supervisionar e controlar a execução das tarefas vinculadas à sua Área de Atividades;

b) zelar pelo patrimônio da Companhia, registrar seus valores e proceder às alienações patrimoniais que se fizerem necessárias;

c) supervisionar o pessoal técnico e administrativo lotado na sua Área, bem como manter sob seu controle administrativo todo o pessoal integrante dos quadros da Companhia;

d) promover, coordenar e controlar as atividades de organização, sistemas e métodos e os processamento de dados, de forma a manter as atualizadas e adequadas a evolução das necessidades da Companhia;

e) supervisionar e controlar a execução dos orçamentos de receitas e despesas e os orçamentos anuais e plurianuais de investimentos;

f) supervisionar e controlar a Terceraria e elaborar boletim diário da movimentação financeira;

g) depositar as reservas da Companhia em bancos previamente indicados pela Diretoria Executiva e movimentar as referidas reservas em conjunto com o Diretor-Presidente, zelando pelo mais adequado rendimento de suas disponibilidades financeiras;

h) propor à Diretoria Executiva, junto com Diretor da Área interessada, a realização de empreendimentos destinados a custear mobilizações técnicas e financeiras;

i) organizar e manter em funcionamento o serviço de inspeção contábil, sob a supervisão do Diretor-Presidente;

j) organizar e manter em adequado funcionamento o serviço de contabilidade;

l) zelar sobre sua supervisão e controle as tarefas relativas à administração de material e de serviços gerais da Companhia;

m) outras atribuições que serão fixadas através de Resolução da Diretoria Executiva.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 43 — O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e será composto de 3 (três) membros, pessoas físicas, residentes no Estado e, com os demais requisitos da Lei, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único — O Estado de Rondônia como acionista controlador elegirá 2 (dois) membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cabendo a eleição do terceiro e respectivo suplentes aos acionistas minoritários, por maioria simples.

Art. 44 — O Conselho Fiscal tem as atribuições que lhe são conferidas por Lei e deverá reunir-se:

a) uma vez por trimestre, para conhecer e analisar balanços, bem como proceder a verificações e exames, em exercício, quando for o caso, as demais atribuições definidas no Art. 165, da Lei nº 6.404, de 15.12.76;

b) até o último dia útil do mês de março, para apresentar, na forma da lei e do Estatuto, parecer sobre os negócios e operações sociais do exercício anterior;

c) extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da lei deste Estatuto;

Art. 45 — Das reuniões do Conselho Fiscal ficará registrado no "Livro de Parecer do Conselho Fiscal".

Art. 46 — A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral que os ele-

ger e não poderá ser inferior, para cada membro, a 1/10 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação nos lucros.

CAPÍTULO IV DO PESSOAL

Art. 47 — O regime jurídico do pessoal da Companhia será o da legislação trabalhista.

Art. 48 — Os empregados da Companhia, em seus diferentes níveis, serão sempre admitidos mediante processo seletivo, definido em normas internas e do qual resulte, necessariamente, rigorosa aferição da competência técnica, da experiência profissional e da idoneidade moral dos candidatos.

Art. 49 — A Companhia promoverá e apoiará a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário aos seus serviços, contribuindo para a organização e o ensino de cursos, concessão de bolsas de estudo, realização de assiglos de treinamento e intercâmbio com profissionais especializados.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO, DO LUCRO, RESERVAS E DIVIDENDOS

Art. 50 — O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 51 — Ao final de cada exercício, proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado do exercício, dos lucros e prejuízos acumulados e das origens e aplicações de recursos.

Art. 52 — Do resultado do exercício, serão feitas as deduções referidas no art. 184 da Lei das Sociedades por ações, e, após, as participações seguintes, caberem pelo art. 190 da mencionada lei:

a) uma participação, cujo percentual será fixado pela Assembleia Geral, para os empregados, a título de gratificação, realizar-se-á a distribuição segundo critérios fixados pela Diretoria que poderá fazer da mesma despesa de uma parcela e aplicá-la no interesse dos empregados, seja em fundo de assistência e previdência, seja em instituição de repouso e recreação, facultada à Diretoria destiná-la a uma ou das finalidades;

b) com base nos lucros que permanecerem, depois que seja pago aos acionistas o dividendo obrigatório, previsto no art. 202, da Lei nº 6.404/76, nunca inferior a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, uma participação para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, obedecendo as limitações previstas em lei, e como decidir a Assembleia Geral;

Art. 53 — O lucro líquido apurado, e depois de efetuados as deduções permitidas em lei, terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas em geral, respeitadas as vantagens legais e estatutárias atribuídas às ações preferenciais;

c) o saldo terá destinação que for prevista pela Assembleia Geral;

Parágrafo Único — O dividendo deverá ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício.

Art. 54 — Os dividendos não reclamados durante 3 (três) anos consideram-se prescritos em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI DA LIQUIDAÇÃO

Art. 55 — A Companhia entrará em liquidação nos casos legais ou por deliberação de acionistas que representem a maioria do capital social, reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para fim a qual estabelecerá o modo e o prazo de liquidação, competindo-lhe nomear a liquidante e os membros do Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação.

Pelo Governador de Rondônia
Cesar Augusto Ribeiro de Souza
Djalma Xavier de Lacerda
Zionias Procopio de Oliveira
Henrique Guilherme de Barros Correia
Márcia Regina Fini
Roberto Gouveia Loureiro
João Alberto Dias Lima
Leila Ribeiro de Queiroz
Annelia Marques Alves
Francisco Nataniel Miranda Nadler
Cesar Augusto Ribeiro de Souza
José Sérgio Góes Coutinho
Milton Sanches de Oliveira
Reinaldo Magalhães Rocha
Francisco Jans Fonteles Felício
José Milton Felizardo
Mario Luiz de Oliveira Nunes
Silvalda Bitencourt de Almeida
Sheila Regina Kardy do Casal

Roteiro.....

TELEFONES ÚTEIS



JORNAIS

AUTO MADEIRA	221-6680
Estação	221-3077
Guaporé	221-6323
Tribuna	221-3633
Paralelo	221-6565
	221-6686

RÁDIO

Curitiba	221-2271
	221-2272
Edorado	221-8009
Pureza	221-6711
Rondônia	221-2111
	221-2271

TELEVISÃO

Tv Rondônia	221-5824
-------------	----------

SERVIÇOS

Fogão	197
Tel. Fonados	135

POLÍCIA

Central da Polícia	221-0826
1ª DP	221-0461
2ª DP	221-0700
3ª DP	221-0245
4ª DP	221-3889
5ª DP	221-3794
1. M. L.	221-6003
RD. Patrulha	190
Bombeiro	193

HOSPITAIS

Proença Socorro	221-1885
H. S. José	221-2231
Maternidade	221-3211

TELEFON

Interurbano	101
Informações	102
Reclamação	103
Telex	145
Serviços Gerais	105



CINEMA

CINE TEATRO RESKY

As 21.00 — Bruno-Lee
Contra os Homens do Bronze

CINE BRASIL

As 21.00 — Ataque ao Mogo

CINE TEATRO LACERDA

As 18.00 — Alvo do 4
Estrelas
As 21.00 — Alvo do 4
Estrelas
As 22.00 — Cinema do Paralelo



FARMÁCIA DE PLANTÃO

Sra. Teresinha D. A.
Sede de Setembro com
José de Alencar P. C.

Dr. Kennedy Av.
Kennedy com frente no
Supermercado Cachoeira N. T.

● As astrolabos só devem ser colocadas nos relógios no último momento, no dia das. Depois de retiradas do lugar. Quando desta maneira, você estará evitando que os relógios sejam afetados e estragados.

● Quando necessitar preparar remédios, não se esqueça de lavar as mãos antes de tocar nos relógios. Evite tocar nos relógios com as mãos sujas. Quando for necessário, lave as mãos com água e sabão.

HOROSCOPO

ÁRIES



De 21 de março a 20 de abril
— Proteja sua vida sentimental de complicações. Resista a sua paixão e não se deixe levar. Não deixe ninguém interferir em seu caminho. Favoreça as empresas novas.

LEÃO



De 21 de julho a 20 de agosto
— Não deixe ninguém se aproximar de você. Não deixe ninguém se aproximar de você. Não deixe ninguém se aproximar de você.

SAGITÁRIO



De 21 de novembro a 20 de dezembro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

TOURO



De 21 de abril a 20 de maio
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

VIRGEM



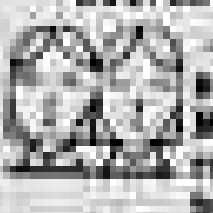
De 21 de agosto a 20 de setembro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

CAPRICÓRNIO



De 21 de dezembro a 20 de janeiro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

GÊMEOS



De 21 de maio a 20 de junho
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

LIBRA



De 21 de junho a 20 de julho
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

AQUÁRIO



De 21 de janeiro a 20 de fevereiro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

CÂNCER



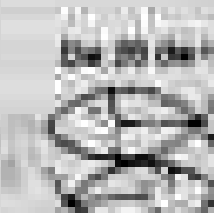
De 21 de julho a 20 de agosto
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

ESCORPIÃO



De 21 de agosto a 20 de setembro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.

PEIXES



De 21 de setembro a 20 de outubro
— Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar. Não se deixe levar.